CORREIO NACIONAL

Freepik

Dados são da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Quedas levaram mais de 33 mil crianças ao SUS em 2023

Em 2023, mais de 33 mil crianças menores de 10 anos foram internadas em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de quedas. Os dados são da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que alerta ainda que, de 2014 a 2023, o número de internações nessa mesma faixa etária por quedas superou a marca de 335 mil casos.

Os números vão ser apresentados no 4º Congresso Brasileiro de Urgências e Emergências Pediátricas, marcado para o período de 25 a 27 de abril em Brasília. A faixa etária dos 5 aos 9 anos concentra o maior número de registros: 197.567 internações. Na sequência, estão crianças de 1 a 4 anos, com 111.567 internações; e crianças com menos de 1 ano, com 26.413 internações.

Para a SBP, as estatísticas demonstram a importância de manter cuidados preventivos para evitar acidentes e proteger a integridade física das crianças. A entidade avalia os dados como impactantes.

Proibições

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na quarta resolução que proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico.

Eletrônicos

O texto define os dispositivos eletrônicos para fumar como "produto fumígeno cuja geração de emissões é feita com auxílio de um sistema alimentado por eletricidade, bateria ou outra fonte não combustível, que mimetiza o ato de fumar". Estão incluídos na categoria e, portanto, proibidos:

Saidinha I

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota na qual pede ao Congresso Nacional que mantenha o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas.

Saidinha II

O veto vale para detentos que já estão em regime semiaberto, mantendo proibida a saidinha a condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico. "A legislação brasileira tem as mesmas premissas de reinserção gradual de nossas irmãs e irmãos na sociedade", diz a nota.

Indígenas

Períodos longos de estiagem ou temporadas de chuvas intensas causam estranhamento em líderes indígenas nas cinco regiões do país. Mais do que surpresa, as mudanças no clima impactam a produção no campo, segundo caciques presentes no Acampamento Terra Livre, em Brasília.

Clima ruim

Ouvidos pela Agência Brasil, cinco caciques de diferentes partes do Brasil lamentam a destruição e a poluição dos recursos naturais. "Antes, as chuvas começavam em setembro. Nos últimos anos, só em dezembro. Claro que isso não é normal", diz o cacique Baiara Pataxó, de Minas Gerais.

Crime assumido

Após o presidente de português, Marcelo Rebelo, admitir crimes cportugueses durante a escravidão e também indicar reparação, a ministra brasileira da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou que essa posição é "fruto de séculos de cobrança da população negra".

Brasil x portugal

A ministra avalia que, a partir de agora, a declaração precisa vir junto com medidas concretas para a reparação. Em vídeo distribuído à imprensa, a ministra considerou "muito importante" e "contundente" a declaração desta quarta-feira (24) feita pelo presidente de Portugal.

Recorreu

A Advocacia-Geral da União recorreu na quarta ao Supremo Tribunal Federal para derrubar a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de alguns municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R$ 10 bilhões anuais.

Desoneração

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

O que é o Siafi, sistema do governo alvo de invasões

Polícia Federal e Abin investigam esquema de desvio de verba

Reprodução

Ainda não há confirmação oficial se algum valor chegou a ser desviado,

Alvo de invasões recentes que podem ter resultado em desvio de recursos, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) está sob investigação de uma força-tarefa. Além da Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Banco Central e o próprio Tesouro Nacional, administrador da plataforma, estão investigando o caso.

Ainda não há confirmação oficial se algum valor chegou a ser desviado, embora veículos de comunicação relatem estimativas que vão de R$ 3,5 milhões a R$ 14 milhões. Oficialmente, o Tesouro Nacional informa apenas que "as tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema", sem informar se as transações foram concretizadas.

O que se sabe, até agora, é que invasores usaram credenciais de gestores federais no Portal Gov.br para entrar no sistema. E que não houve ataque hacker externo, que tenha explorado vulnerabilidades de segurança na plataforma.

Afinal, o que é o Siafi?

Criado em 1987, o Siafi permite o controle e o acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União, registrando os pagamentos feitos pela conta única do Tesouro Nacional. As despesas primárias (financiadas com tributos arrecadados da população) e financeiras (gastos com títulos públicos e empréstimos) são registradas. A plataforma também permite monitorar a evolução do patrimônio público.

Administrado pelo Tesouro Nacional, o Siafi é dividido em controle de haveres e obrigações, administração do sistema, execução orçamentária e financeira, organização de tabelas e recursos complementares com aplicação específica. Todas as saídas de dinheiro são registradas, com a informação da aplicação dos recursos e do serviço público a que o dinheiro está vinculado.

O Siafi não é usado apenas pelo Poder Executivo. Os Poderes Legislativo e Judiciário também registram os gastos na plataforma. O Tesouro Nacional usa os dados do sistema para divulgar, todos os meses, o resultado primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central). Esse critério é chamado acima da linha.

A contabilidade do Siafi registra os gastos efetivos e é diferente da do Banco Central (BC), que divulga mensalmente o resultado primário da União, dos estados, dos municípios e das estatais.

Ampliação da Lei das Cotas no setor público

A Lei de Cotas no serviço público – que há dez anos prevê uma reserva de 20% para pessoas negras nas vagas da administração pública – precisa ser ampliada urgentemente, passando do percentual de 20% para 30%. É o que defende a República.org, instituto antirracista do terceiro setor.

O instituto é a favor do novo Projeto de Lei de Cotas no serviço público, que amplia a vigência dessa legislação e traz mudanças para torná-la mais efetiva. A proposta (PL 1958/2021) foi aprovada na quarta na CCJ do Senado em primeiro turno. Após a segunda votação, o texto irá para a Câmara dos Deputados.

"Ao completar dez anos, a Lei de Cotas no serviço público trouxe avanços, mas ainda não atingiu seu objetivo final. Por isso mesmo, é preciso mais mecanismos para garantir sua implementação. Também é necessário uma ampliação de 20% para 30% na reserva de vagas", afirma Vanessa Campagnac, gerente de dados e comunicação da República.org.

Na administração pública federal, apenas 39,9% dos servidores se declaram negros, numa subrepresentação em relação à população brasileira, onde são 55% das pessoas.

De acordo com a República.org, há outros pontos que devem ser aperfeiçoados na nova lei de cotas no serviço público. Entre as mudanças, é preciso garantir a extensão dos efeitos da lei também para os cargos temporários, não se restringindo apenas aos efetivos, como acontece hoje.

Outro ponto importante é a ampliação da vigência da Lei de Cotas no serviço público, passando dos atuais dez anos para 25 anos. Nas Universidades públicas, também é preciso garantir que os processos seletivos de professores apliquem de fato a Lei de Cotas, evitando mecanismos que a tornam sem eficácia.

Reprodução

João Fantazzini era o tutor do animal

Morte de cão em voo da Gol é investigada

A Anac e o Ministério de Portos e Aeroportos informaram na quarta que foi instaurado um processo administrativo para apurar a morte de um cão da raça golden retriever em o voo G3 1527 da empresa Gol.

Em nota conjunta, a agência e o ministério informaram que já solicitaram à Gol os "detalhes sobre as condições de transporte do animal, o seu envio para localidade diversa da contratada e as condições para a prestação desse tipo de serviço".

O cão Joca, de 5 anos, morreu após ter sido levado a cidade de Sinop, em Mato Grosso, a partir do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, no dia 22 deste mês.

A empresa, porém, colocou o animal em outro voo, com destino a Fortaleza. Ao constatar o erro, a companhia enviou o cachorro de volta a Guarulhos. Todo o procedimento levou cerca de 8 horas, tempo muito maior do que as duas horas e meia, inicialmente previstas. Joca foi encontrado morto ao chegar em Guarulhos.

STF

Ministério das Relações Exteriores faz homenagem

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, foi homenageado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, condecoração oferecida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). A homenagem é um reconhecimento ao trabalho do ministro na mais alta Corte do país.

"Agradeço imensamente a honra de ser agraciado pelo Itamaraty, que é uma instituição que eu admiro profundamente. Agradeço também a toda diplomacia brasileira pelo que faz pelo Brasil", ressaltou o ministro na cerimônia. Em seu discurso, Barroso falou sobre a preservação da democracia.

STJ

Sessão de 26 de junho passa para o dia 20 do mesmo mês

A sessão ordinária da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) inicialmente marcada para 26 de junho foi antecipada para o dia 20 do mesmo mês, às 14h. Na ocasião, serão julgados os processos em mesa, adiados ou constantes de pautas a publicar.

Especializada em direito privado, a Segunda Seção é presidida pelo ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e integrado pelas ministras Nancy Andrighi e Isabel Gallotti, e pelos ministros João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Raul Araújo, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro.

TSE

Guia é lançado em cinco línguas indígenas

Neste mês de abril, em que se comemora o Dia Nacional dos Povos Indígenas, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará lançou oficialmente o guia Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade, elaborado em português e traduzido para as línguas Mebêngokrê, Nheengatu, Wai-Wai, Munduruku e Tenetehara.

O objetivo é proporcionar – na forma escrita e em vídeos curtos gravados nas línguas indígenas – uma compreensão mais ampla e facilitada do processo eleitoral a esse público, com informações sobre cidadania, democracia, candidatura de pessoas indígenas e direito ao voto.

TCU

Instituições de controle reúnem-se no México

Acontece até sexta-feira (26), na Cidade do México, o Workshop Técnico Regional (Taller Técnico Regional) para aplicação do ClimateScanner. O encontro tem a participação de 17 instituições superiores de controle (ISC) e faz parte da reunião anual da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (Contema) da Organização Latino-Americana e do Caribe das Instituições Superiores de Controle (Olacefs).

O ministro-substituto do TCU Marcos Bemquerer representa a Corte de Contas brasileira. Ele abriu o evento ao lado de representantes das instituições apoiadoras da iniciativa, o BID e o BNDES.